



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE-MS
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL
EM SAÚDE DA FAMÍLIA SESAU/FIOCRUZ**

BRUNA CHAVES DA SILVA

**CONSULTA COMPARTILHADA COMO ESTRATÉGIA DE
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA À GESTANTE DURANTE A
PANDEMIA COVID-19**

CAMPO GRANDE - MS

2022

BRUNA CHAVES DA SILVA

**CONSULTA COMPARTILHADA COMO ESTRATÉGIA DE
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA À GESTANTE DURANTE A
PANDEMIA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Residência apresentado
como requisito parcial para conclusão da Residência
Multiprofissional em Saúde da Família
SESAU/FIOCRUZ, de Mato Grosso do Sul.

Orientador: Jader Vasconcelos

**Residência Multiprofissional
em Saúde da Família**

SESAU/FIOCRUZ

CAMPO GRANDE - MS

2022



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE-MS
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL
EM SAÚDE DA FAMÍLIA SESAUFIOCRUZ**

TERMO DE APROVAÇÃO

**CONSULTA COMPARTILHADA COMO ESTRATÉGIA DE ASSISTÊNCIA
ODONTOLÓGICA À GESTANTE DURANTE A PANDEMIA COVID-19**

por

BRUNA CHAVES DA SILVA

Este Trabalho de Conclusão de Residência foi apresentado no dia 03 de fevereiro de 2022, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Saúde da Família no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família SESAUFIOCRUZ. O(a) candidato (a) foi arguido (a) pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

BANCA EXAMINADORA

Jader Vasconcelos

Professor Orientador

Erika Gomes de Souza

Membro Titular 1

Débora Gomes de Miranda Vargas

Membro Titular 2

A Folha de Aprovação assinada eletronicamente encontra-se na Secretaria Acadêmica da Coordenação do Programa.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Deus, à minha família e a todos os profissionais com que trabalhei e que de alguma forma construíram a profissional que hoje estou me tornando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à **Deus** pela oportunidade de adquirir conhecimento e experiência, de poder ter conhecido a realidade do SUS e atuar com tantos profissionais de saúde que são verdadeiros guerreiros.

Agradeço a **minha família** pela força e incentivo, por terem sido base, âncora, consolo e combustível.

Agradeço aos meus companheiros de residência que estiveram comigo desde o início dessa caminhada, **Fernando, Suzyene, Lucas, Vinícius e Éder**. Sofremos, choramos, brigamos, nos desculpamos, aprendemos e agora concluímos mais uma etapa em nossa carreira como profissionais de saúde.

Agradeço aos preceptores **Keli Roberta, Érika Gomes, Bruna Mendonça, Melisha, Maurício Ocariz, Janine Grigoli e Paulo Aguiar**, e as supervisoras técnicas **Juliana Vincler e Fabiane**, que nos conduziram com paciência, amor e amizade, transmitindo toda a bagagem de conhecimento e experiência que possuem, sempre torcendo e nos incentivando.

Agradeço de forma especial à minha preceptora **Joyce Minami**, que sempre ensinou e corrigiu de forma muito sábia e assertiva. Aprendi diversas coisas com você, desde procedimentos clínicos a experiências da vida. Admiro sua história e aplaudo quem você é como pessoa e profissional. Obrigada por me ensinar a ser mais humana, a amar e cuidar de forma única cada paciente que senta na cadeira odontológica. Obrigada por acreditar em mim e por não medir esforços para me ajudar assim como você faz com todos que tem a oportunidade de conviver com você.

Agradeço ao meu orientador, **Jader Vasconcelos**, que com toda paciência, sabedoria e conhecimento, contribuiu para este trabalho.

Agradeço a todos os servidores da USF Dr Hélio Martins Coelho (Time Batistão) pela força, disposição e amizade. Agradeço a **Maria e Vera** dos serviços gerais, aos **Agentes Comunitários de Saúde**, aos **Agentes de Endemias**, aos **profissionais do Nasf**, aos **enfermeiros, dentistas, farmacêuticos, assistente social, técnicos de enfermagem, administrativos e gerência**. Minha mais profunda admiração, respeito e gratidão a vocês. Todos vocês são responsáveis pela profissional que me tornei.

Por fim, agradeço à **Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande- SESAU**, à **Fiocruz** e à coordenação do **Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família**, pela oportunidade e por terem contribuído para minha formação.

RESUMO

Silva, Bruna Chaves. **Consulta Compartilhada como Estratégia de Assistência Odontológica à Gestante Durante a Pandemia COVID-19.** 2022. p. 41. Trabalho de Conclusão de Residência - Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família SESAUFIOCRUZ. Campo Grande/MS, 2022.

Este trabalho teve como objetivo verificar o impacto da consulta compartilhada na assistência odontológica à gestante e no alcance dos indicadores do Programa Previne Brasil em uma equipe de saúde da família do município de Campo Grande-MS durante a pandemia COVID-19. A consulta compartilhada ocorria com profissionais da equipe de saúde, fora do ambiente odontológico, através de uma abordagem educativa permitindo a conscientização das gestantes sobre bons hábitos de saúde bucal e prevenção de doenças. Era então realizado exame clínico e ofertado agendamento às gestantes para intervenção clínica. Os dados coletados foram organizados em uma planilha com dados referentes a 1 ano de aplicação da intervenção. Além disso, foram coletados dados do 1º e 2º quadrimestre de 2021 do indicador do programa Previne Brasil obtido pelo sistema Gerência APS do município. A assistência odontológica foi prestada a 97% das gestantes, das quais 49% ocorreu através da consulta compartilhada. Apenas 26% das gestantes receberam algum tipo de procedimento curativo e a assistência odontológica ocorreu em média no 2º trimestre de gestação. Com relação aos dados obtidos pelo Gerência APS, a equipe que recebeu a intervenção teve um alcance 89% deste indicador, enquanto que as demais equipes se mantiveram abaixo de 60%. Esta intervenção apresentou resultados promissores como estratégia de alcance dos indicadores do programa Previne Brasil, porém, apesar de apresentar bons resultados são necessários estudos que avaliem a visão e percepção das gestantes frente a esta abordagem a fim de avaliar sua eficiência na assistência odontológica e saúde bucal desse público.

Palavras-chaves: Interconsulta; Gestante; Assistência odontológica; Atenção Primária a Saúde.

ABSTRACT

SILVA, Bruna Chaves. **Shared Consultation As A Dental Care Strategy For Pregnant Women During The COVID-19 Pandemic. 2022.** p. 41. Trabalho de Conclusão de Residência - Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família SESAUFIOCRUZ. Campo Grande/MS, 2022.

This study sought to evaluate the impact of shared consultation on dental care for pregnant women and its ability to reach the indicators of the Previne Brasil program in a family health team in Campo Grande-MS during the COVID-19 pandemic. The shared consultation occurred with professionals from the health team, outside the dental environment, through an educational approach allowing pregnant women to become aware of good oral health habits and prevention of oral diseases. A clinical examination was then performed and a dental appointment was offered to the pregnant women for clinical intervention. The collected data were organized in a spreadsheet with data relative to 1 year of application of the intervention. In addition, data from the 1st and 2nd quarter of 2021 were collected from the municipals Primary Health Management system about the Previne Brasil program indicator. Dental care was provided to 97% of pregnant women, of which 49% occurred through shared consultation. Only 26% of pregnant women received some type of curative procedure and dental care occurred on average in the 2nd trimester of pregnancy. About the data obtained by the Primary Health Management system, the team that received the intervention reached 89% of this indicator, while the other teams remained below 60%. This intervention presented promising results as a strategy to reach the indicators of the Previne Brasil program, however, despite presenting good results, studies are needed to evaluate the vision and perception of pregnant women regarding this approach in order to evaluate its efficiency in dental care and oral health. of that audience.

Keywords: Consultation. Pregnancy. Dental Care. Primary Healthcare.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3 PLANEJANDO A INTERVENÇÃO: CAMINHO METODOLÓGICO	14
4 AÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24
APÊNDICE A- PLANILHA UTILIZADA PARA LEVANTAMENTO DOS DADOS EXTRAÍDO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	29
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	30
APÊNDICE C- TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	32
ANEXO A - DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO CGES/SESAU	34
ANEXO B- FOLHA DE APROVAÇÃO PLATAFORMA BRASIL	36

1 INTRODUÇÃO

A gestação é um período da vida mulher marcado por inúmeras transformações fisiológicas, psicológicas e emocionais, sendo, mais do que nunca, essencial uma assistência integral a sua saúde. Alterações bucais acompanham as transformações fisiológicas da gestante, dentre elas, maior susceptibilidade à doença periodontal e cárie, alterações gengivais, mudanças na composição e quantidade salivar e maior probabilidade de erosão dentária. Além disso, também deve-se levar em consideração que alterações e doenças bucais nesse período podem levar a desfechos desfavoráveis à gestante e ao bebê (OLIVEIRA&HADDAD, 2018).

Logo, durante o período gestacional, a ação do profissional em saúde bucal torna-se imprescindível para a realização de promoção em saúde bucal e prevenção de doenças como cárie, gengivite e doença periodontal, sendo esta última, relacionada com o parto prematuro ou ao baixo peso ao nascer (REIS *et al.*, 2010; VIEIRA *et al.*, 2010).

A portaria nº 1.459 de 24 de junho de 2011, que instituiu a Rede Cegonha, dispõe-se medidas destinadas a assegurar a melhoria do acesso, cobertura e qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e da assistência à criança no âmbito do SUS (BRASIL, 2011) e, no que diz respeito à assistência odontológica de gestantes, a portaria nº 3.222 de 10 de dezembro de 2019, dispõe sobre indicadores de pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil (BRASIL, 2019), que, por sua vez, demanda que a Atenção Primária à Saúde (APS) garanta esses direitos, incluindo a garantia de atendimento odontológico.

Para uma assistência odontológica adequada, é necessário superar os desafios de acesso, relacionados à baixa percepção da saúde bucal, ansiedade, medo de sentir dor, mitos e crenças populares (ALBUQUERQUE *et al.*, 2004). Tendo em vista que, neste período, a mulher se encontra com maior vínculo com os serviços de saúde e mais receptiva às abordagens de promoção à saúde, à mudança e aquisição de hábitos, é oportuna a realização de educação em saúde, como estratégia de promoção em saúde bucal no período gestacional, promovendo empoderamento e autonomia quanto ao cuidado em saúde (SANTOS NETO *et al.*, 2012; OLIVEIRA&HADDAD, 2018; SILVA *et al.*, 2020).

A atuação interprofissional é uma estratégia para a prestação de um cuidado qualificado, ampliado e efetivo. Para isto, é fundamental a interação entre os profissionais dos diferentes núcleos de conhecimento, visando a abordagem em saúde num conceito ampliado, identificando e superando os determinantes no processo saúde-doença (FARIAS *et al.*, 2015; MATUDA *et al.*, 2015).

A consulta compartilhada ou interconsulta já é uma estratégia adotada na rede de saúde de Campo Grande- MS a fim de proporcionar um cuidado integral à saúde dos pacientes. Este método é adotado principalmente por profissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) sendo uma ótima ferramenta para a coordenação do cuidado devido ao contato direto e pessoal entre equipe de saúde e usuário, oportunizando momentos de discussão sobre o caso antes e após o atendimento compartilhado, além de fortalecer o vínculo entre a gestante e a equipe de saúde, facilitar a comunicação, permitir pactuação de ações entre os profissionais envolvidos na consulta compartilhada e a paciente, e possibilitar o contato com a realidade da paciente sem necessidade de estabelecer relação terapêutica inédita (BRASIL, 2014).

A COVID-19 é uma infecção respiratória aguda provocada pelo vírus Sars-CoV-2, descoberto na cidade de Wuhan na China em dezembro de 2019 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Caracterizada como uma doença de alta transmissibilidade, esta ganhou cenário global, sendo classificada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) dia 11 de março de 2020 (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2020). Posteriormente, o Ministério da Saúde, declarou a transmissão comunitária no território brasileiro através da Portaria nº 545 (BRASIL, 2020).

Diante deste cenário de pandemia, a segurança da gestante se tornou duvidosa no consultório odontológico que levou a suspensão dos procedimentos odontológicos eletivos (PREFEITURA DE CAMPO GRANDE, 2020). Com base nisso, essa abordagem compartilhada foi pensada como forma de captação de gestante para o pré-natal odontológico, sendo uma ferramenta de promoção em saúde bucal que, com apoio de material educativo e ilustrativo, pode ser utilizada também em visitas de busca ativa dessas gestantes no território. Tudo isto previsto no Caderno de Atenção Básica- Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco (p. 48 e 49) (BRASIL, 2012).

Um guia com diretrizes e protocolos para os atendimentos eletivos a gestantes já foi publicado pelo Ministério da Saúde, no qual também sugere o uso de outras ferramentas complementares ou de transição do cuidado. Este guia considera o pré-natal odontológico como serviço essencial, que, portanto, precisa ser mantido ou adaptado a fim de não causar prejuízos aos usuários, sendo realizado a partir da adoção de medidas adaptadas ao contexto epidemiológico da pandemia, incentivando ações de promoção e prevenção considerando que estes são indissociáveis do cuidado em saúde (BRASIL, 2014; BRASIL, 2021; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2021).

Considerando as recomendações a respeito dos atendimentos odontológicos eletivos devido à situação epidemiológica da doença COVID-19 no município de Campo Grande, e frente à necessidade de captação, abordagem e prestação de uma assistência odontológica adequada às gestantes de forma segura, visto que a gestação está incluída nas condições e fatores de risco às formas graves da doença identificados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), profissionais odontólogos, residentes em saúde da família, atuantes na Unidade de Estratégia em Saúde da Família (ESF) Dr. Hélio Martins Coelho, pactuaram a realização de interconsultas para abordagem e educação em saúde bucal das gestantes cadastradas em uma equipe desta unidade de saúde.

Este trabalho teve como objetivo verificar o impacto da consulta compartilhada na assistência odontológica à gestante e consequentemente no alcance dos indicadores do Programa Previne Brasil e Rede Cegonha.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Instituída pela Portaria nº 1.459, de 24 junho de 2011, a Rede Cegonha foi criada como uma rede de cuidados a fim de assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo, atenção humanizada e ao parto e puerpério seguro, sendo parte das redes prioritárias do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011). Adicional a esta portaria, no ano de 2020, o Ministério da Saúde implementa o programa Previne Brasil, que se trata de um conjunto de indicadores de Pagamento por Desempenho das ESF, a qual contempla ações estratégicas da saúde da mulher e pré-natal, sendo uma dessas ações e indicadores a proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado (BRASIL, 2020).

A fim de promover uma atenção integral à saúde da mulher, gestante e puérpera, em observância com as diretrizes da Rede Cegonha e dos indicadores do programa Previne Brasil, faz necessário a inserção do cirurgião-dentista na gestão do cuidado desse público, incluindo a equipe de saúde bucal à ESF (BRASIL, 2017).

A assistência odontológica à gestante deve ser integrante dos diferentes níveis de cuidado através de uma assistência educativa, preventiva e curativa, levando-se em consideração que a assistência odontológica pode atuar como agente potencializador de qualidade de vida e bem estar da gestante em todo o período gestacional, podendo propiciar na repercussão de qualidade de vida à toda sua família (SANTOS NETO *et al.*, 2012; OLIVEIRA&HADDAD, 2018). A abordagem odontológica no período gestacional evita o agravamento da condição bucal e, conseqüentemente, da saúde da gestante e do bebê, como por exemplo, o nascimento de criança prematuro ou de baixo peso devido a presença de doença periodontal no período gestacional (REIS *et al.*, 2012).

A consulta odontológica deve ser ofertada assim que for realizado a abertura do pré-natal. No primeiro trimestre deve-se priorizar a educação em saúde bucal, avaliação de hábitos alimentares saudáveis e estabelecimento do plano de tratamento conforme o período gestacional, dando preferência por intervir no segundo trimestre. Nessa primeira consulta odontológica é importante avaliar cor das mucosas, hidratação, esmalte dentário, presença de lesões, cárie, sangramento, presença de cálculo dentário, focos infecciosos e inflamação. Além disso, o cirurgião-dentista possui um papel importante na vigilância da adesão dessa gestante ao pré-natal, podendo realizar buscas ativas no território e elaborar, junto à sua equipe, estratégia para adesão ao pré-natal, além de poder verificar e orientar a vacinação, ofertar e realizar testes rápidos de sífilis e HIV, e identificar fatores de risco que possam afetar

diretamente o curso normal da gestação, como por exemplo a pressão arterial elevada (OLIVEIRA&HADDAD, 2018).

O Protocolo de Atenção Básica- Saúde das Mulheres (BRASIL, 2016) prevê como fundamental o envolvimento de toda a equipe de saúde para uma atenção integrada e humanizada na captação de gestante para início de pré-natal em período oportuno, abordando sua história, sentimentos, expectativas, medos e ansiedades. Nesse período a gestante se encontra receptiva a adquirir informações, mudança e aquisições de hábitos e disposição para melhoria de práticas em saúde, fazendo-se fundamental a abordagem em educação em saúde (SILVA *et al.*, 2020). A falta de motivação da gestante no desenvolvimento de hábitos odontológicos preventivos podem ser resultantes da baixa intervenção educacional por parte de cirurgiões-dentistas (SILVA *et al.*, 2006), pois a educação em saúde no pré-natal ainda não se constitui uma prática multiprofissional rotineira no ambiente da ESF (REIS *et al.*, 2012).

A educação e promoção em saúde, seja ela individual ou coletiva, deve ter como objetivo o empoderamento, responsabilização e construção da autonomia do cuidado em saúde da gestante, de modo que a mesma passe a ser um agente multiplicador das informações que recebeu (SANTOS NETO *et al.*, 2012; SILVA *et al.*, 2006).

A consulta compartilhada ou interconsulta é um método bem caracterizado no caderno do Ministério da Saúde “Núcleo de Apoio à Saúde da Família: ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano”. Além desta fornecer inúmeros benefícios no cuidado ao paciente, é uma ferramenta de baixa densidade tecnológica, favorecendo e proporcionando uma atenção mais integral e permitindo assim, a coordenação do cuidado à gestante.

Devido à pandemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2, a assistência odontológica teve que sofrer adaptações e reorganizações devido aos riscos individuais e coletivos sofridos por profissionais e pacientes, decorrentes do contato com fluidos corporais, sangue e saliva através da utilização de equipamentos que geram aerossóis e gotículas capazes de permanecerem suspensas no ambiente por algum período de tempo (PENG *et al.*, 2020).

Inicialmente, o Ministério da Saúde recomendou a suspensão dos atendimentos odontológicos eletivos, e realização apenas de procedimentos de urgência odontológica (SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, 2020). Atualmente o Ministério da Saúde orienta que, os serviços odontológicos sejam realizados de acordo com cenário epidemiológico da doença COVID-19 no município, podendo ser Essenciais ou Ampliados (BRASIL, 2021). Ainda, segundo o “Guia de orientações para atenção odontológica no contexto da Covid-19”, outras ferramentas complementares podem ser utilizadas a fim de

garantir assistência odontológica à gestante como o teleatendimento (BRASIL, 2021), ou ainda considerar a ferramenta de consulta compartilhada no consultório médico durante a sua consulta de pré-natal programada, evitando que a paciente se exponha a um ambiente potencialmente contaminado, como o consultório odontológico.

Caso haja necessidade de intervenção e a condição epidemiológica da doença COVID-19 no município estejam favoráveis e positivas, atendimentos eletivos essenciais e ampliados podem ser executados desde que se sigam as recomendações de biossegurança adotadas pelo município através de notas técnicas (SESAU, 2020). Esses atendimentos devem ser executados em períodos de menor fluxo de pacientes e pessoas, se possível, ser realizado no mesmo dia da consulta de pré-natal agendada com médico/enfermeiro e reforçar hábitos de saúde bucal saudáveis (BRASIL, 2021).

3 PLANEJANDO A INTERVENÇÃO: CAMINHO METODOLÓGICO

Tipo, local e período do Estudo

Este estudo trata-se de um projeto de intervenção aplicado em uma equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Campo Grande (MS), que participa do programa de Residência Multiprofissional, fruto da parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e secretaria municipal de saúde (SESAU), durante os anos de 2021 e 2022. Como forma de avaliação da efetividade desta intervenção, serão analisados dados secundários e esta fase do estudo é classificada como analítico, transversal de abordagem quantitativa.

Participantes, critérios de inclusão e exclusão

Participaram da intervenção, gestantes cadastradas e atendidas por uma equipe de saúde da família da USF Dr. Hélio Martins Coelho, durante o período de novembro de 2020 à novembro de 2021, totalizando 01 (um) ano de intervenção. Essas gestantes passaram a compor a planilha de vigilância da equipe a partir da confirmação da gestação e abertura do pré-natal e, portanto, passaram a ser acompanhada por todos os profissionais da equipe.

Foram excluídos da pesquisa as gestantes que não assinaram o TCLE ou TALE, conforme solicitado pelo Comitê de Ética.

Intervenção

A consulta compartilhada era solicitada e realizada, sempre que, durante a consulta de pré-natal de rotina, o enfermeiro ou médico identificasse que a gestante ainda não havia recebido assistência odontológica durante este período, não havia diferença na intervenção de acordo com o profissional que a solicitou.

Durante a interconsulta a gestante recebeu orientações sobre a importância de bons hábitos de higiene bucal, prevenção à cárie, gengivite e doença periodontal, possíveis alterações bucais de pertinência para gestação (granuloma piogênico e lesão por sífilis), técnica de higiene bucal e higiene após episódios de vômito. Essa atividade era realizada através de um material didático elaborado pelos cirurgiões-dentistas atuantes na equipe. Após a educação em saúde, eram sanadas as dúvidas das gestantes e feito o levantamento das queixas. Essa intervenção foi realizada por dentistas participantes e envolvidos com o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, sendo 2 residentes (1 no primeiro e 1 no segundo ano) e 1 preceptora, todos atuantes na equipe.

Essa abordagem presencial poderia apresentar certo risco de contaminação e até mesmo infecção da gestante pela COVID-19. Para minimizar o risco de contaminação, durante a consulta compartilhada realizada no consultório médico, todos os profissionais presentes durante a consulta estavam utilizando máscara que cobrisse o nariz e boca, incluindo a gestante, de forma obrigatória. Para o exame clínico, diante da queixa apresentada, apenas a gestante removia sua máscara momentaneamente para que o dentista realizasse o exame clínico com o auxílio de uma espátula de madeira e luvas descartáveis. Caso fosse identificado alguma necessidade de intervenção odontológica, e a queixa da paciente se enquadrasse como urgência odontológica, ela era atendida como demanda de urgência odontológica logo após a consulta (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Devido à pandemia COVID-19, foram realizados apenas procedimentos curativos diante das queixas relatadas pela gestante que aconteciam no período de menor fluxo de pacientes no consultório odontológico obedecendo os protocolos e intervalos entre as consultas odontológicas estabelecidos pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde de Campo Grande-MS (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2020; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2021).

A USF Dr Hélio Martins Coelho possui 4 equipes de saúde da família, sendo duas destas contempladas pela residência multiprofissional possuindo assim dentistas residentes nas equipes de saúde bucal. A educação em saúde bucal para gestantes é um instrumento já utilizado pelas demais equipes de saúde bucal dentro do consultório odontológico, sendo um diferencial desta pesquisa a abordagem e intervenção além do consultório odontológico.

Coleta de Dados

Os dados foram coletados das planilhas de vigilância desenvolvidas e utilizadas pela equipe com base em dados extraídos do prontuário eletrônico das pacientes (PEC e-SUS APS - Versão 4.3.7). Com objetivo de melhor caracterizar a intervenção, foram coletados mais dados que qualificassem a abordagem odontológica como: tipo de consulta (consulta odontológica, consulta compartilhada ou consulta domiciliar), conduta durante a assistência odontológica (apenas educação em saúde bucal, educação e procedimento curativo, apenas procedimento curativo) e a idade gestacional da mulher no momento da realização da assistência odontológica. A idade gestacional (IG) foi mensurada a partir da ultrassonografia (USG) e a data da última menstruação (DUM) registrada no prontuário eletrônico, calculada conforme orientado no Caderno de Atenção Básica nº 32: Atenção ao pré-natal de baixo risco (BRASIL,

2012). Esses dados foram obtidos a partir do prontuário eletrônico de cada uma e organizados em uma planilha em Excel 2016 (Microsoft Office 2016 ©) elaborada pelo próprio autor (apêndice A).

Além disso, foram coletados dados do 1º e 2º quadrimestre do indicador “Proporção de gestantes com atendimentos odontológicos realizados” obtidos pelo sistema Gerência APS que utiliza como base os relatórios do sistema PEC e-SUS APS, onde cada servidor tem acesso a fim de verificar a performance de sua equipe com relação ao alcance dos indicadores do programa Previne Brasil (BRASIL, 2019).

Análise dos dados

Os dados foram digitados na planilha Excel® (apêndice A), processados e feito o levantamento do alcance quantitativo de gestantes comparadas com as demais equipes de saúde que não utilizava o mesmo método, e o impacto da intervenção nos indicadores do Programa Previne Brasil demonstrado e apresentado no 2º Seminário de Gestão- *Accountability* 2021 (seminário de prestação de contas do município), realizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande- MS.

Aspectos Éticos

Por se tratar de uma intervenção realizada no âmbito uma equipe de ESF, pela necessidade de a gestante ser abordada, devido ao período de avaliação da eficácia da ação desenvolvida, e devido a utilização de dados secundários que não se tratam de dados públicos este trabalho foi submetido e aprovado pela Plataforma Brasil para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos - CEP/CONEP (CAAE: 50027621.2.0000.0021), atendendo as diretrizes da Resolução nº 466 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Essa pesquisa buscou apenas avaliar o potencial da consulta compartilhada no pré-natal odontológico, captação e abordagem da gestante para uma atenção mais integral do cuidado em saúde. Foram coletados e utilizados apenas dados que caracterizassem a consulta compartilhada como abordagem odontológica à gestante. Foram aplicados a gestante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE, para as gestantes menores de idade (apêndice B).

Foram excluídas deste trabalho gestantes que não assinaram o TCLE ou TALE.

4 AÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS

Das 53 gestantes acompanhadas pela equipe em algum momento do seu período gestacional durante 1 ano de aplicação da intervenção, 11 recusaram participar da pesquisa.

Com esta abordagem esperava-se que a consulta compartilhada se apresentasse como uma abordagem complementar efetiva para assistência odontológica à gestante e futuramente se torne uma ferramenta multiprofissional a ser considerada e utilizada pelas equipes de ESF na captação desse e outros públicos para educação, promoção e prevenção em saúde, além de uma assistência integral à saúde e alcance dos indicadores do Programa Previne Brasil.

Diante do cenário pandêmico e as incertezas sobre a segurança das gestantes no consultório odontológico, o Ministério da Saúde elaborou um Guia de orientações para atenção odontológica no contexto da COVID-19, onde determina que a saúde bucal é parte indissociável da qualidade de vida devendo ser ofertado como parte do pré-natal e no contexto da pandemia, determina que esta atenção seja ofertada através de outras ferramentas complementares ou de transição do cuidado, garantindo acesso e promoção de educação em saúde (BRASIL, 2021).

Os resultados demonstram que, das 42 gestantes que concordaram em participar desta intervenção, 97% (n=41) foram alcançadas e captadas para assistência odontológica (Tabela 1). Dessas 41 gestantes, 20 foram captadas através da consulta compartilhada (gráfico 1), sendo possível discutir que a consulta compartilhada se mostrou um método promissor na captação de gestantes para assistência odontológica, não apenas para o alcance dos indicadores do pagamento por desempenho, mas também para o desenvolvimento de um cuidado em saúde mais integral à gestante criando um ambiente aberto e propício para comunicação tanto entre profissionais quanto profissional-paciente, permitindo assim a troca de saberes, afetos e vontades e favorecendo o trabalho de promoção em saúde. (OLIVEIRA, 2017).

Além disso, permite um despertar para a saúde pública que rompe a visão individualista e especializada favorecendo o desenvolvimento de um novo perfil do profissional de saúde, pois o trabalho multiprofissional se soma no cuidado em saúde dos usuários ampliando as possibilidades de intervenção (LOPES, 2013; OLIVEIRA, 2017).

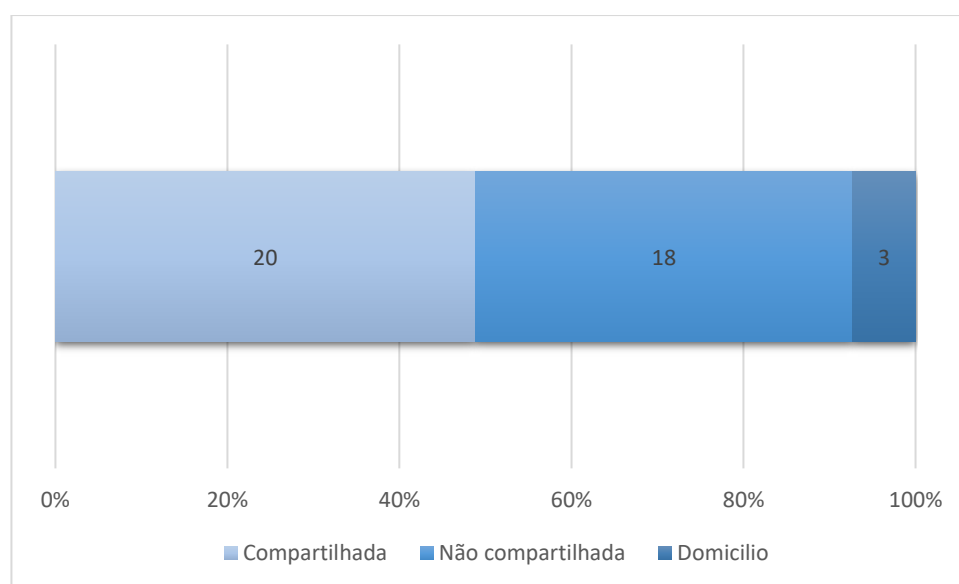
Foi possível também verificar que 3 gestantes foram captadas em domicílio (gráfico 1). Essa abordagem compartilhada e domiciliar ocorreu através da educação em saúde utilizando o material didático, norteado e elaborado tendo como base o livro “Saúde Bucal da Gestante-acompanhamento Integral em Saúde da Gestante e da Puérpera” (OLIVEIRA&HADDAD, 2018) com foco na prevenção de hábitos bucais inadequados, de agravantes a saúde da gestante e desfechos negativos à gestação. Esta abordagem domiciliar é um momento que deve ser

valorizado pois é realizado no ambiente familiar, envolvendo problemas, costumes e crenças que possam estar relacionados com sua situação de saúde bucal (CARDOSO&CARDOSO, 2020). Este trabalho educativo teve como objetivo conduzir a mulher a uma autoanálise crítica da sua condição bucal potencializado pelo exame clínico realizado no final da consulta (compartilhada, não compartilhada ou domiciliar). Além disso, mostra a importância para a paciente da necessidade do acompanhamento de um cirurgião-dentista no ciclo de vida em que ela e o bebê estão inseridos no momento (PINHO&DUARTE, 2018; CARDOSO&CARDOSO, 2020)).

Tabela 1: Quantitativo de gestantes que receberam assistência odontológica (Fonte própria, 2021)

Grupo	Quantidade de gestantes (n)
Gestantes cadastradas	42
Gestantes que receberam assistência odontológica durante o período gestacional	41 (97,6%)

Gráfico 1: Tipo de consulta de assistência odontológica realizada (Fonte própria, 2021)



Com relação à conduta seguida após a abordagem odontológica, a maioria das gestantes receberam apenas educação em saúde bucal durante o período gestacional, independentemente do tipo de consulta (compartilhada, não compartilhada ou domiciliar). Porém é possível verificar que cerca de 26% (n=11) compareceram à consulta de intervenção odontológica agendada e receberam algum tipo de tratamento curativo (Tabela 2). Apesar do alcance do indicador do Programa Previne, a partir deste primeiro contato com orientações é importante a necessidade de oferta de cuidados odontológicos a partir do diagnóstico e a necessidade de

algum tratamento curativo. Segundo Santos Neto *et al.* (2012) e Possobon&Mialhe (2009), o ideal seria que todas as gestantes fossem acompanhadas pelo cirurgião-dentista uma vez por trimestre sendo a quantidade de consultas associada a uma maior qualidade da assistência odontológica.

O acesso para atendimento odontológico e a realização de procedimento curativos ocorria através da oferta de agendamento em horário de menor demanda e fluxo de pacientes no consultório odontológico (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2020; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2021). Porém muitas não compareceram às consultas agendadas, o que justifica o alcance de apenas 26% destas gestantes para tratamento das suas doenças bucais. Neste caso é válido ressaltar que apesar da necessidade de garantia de atendimento individual e procedimentos preconizados pelas Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal (BRASIL, 2004), em nenhuma hipótese essa assistência deve ser imposta ou compulsória, devendo ser respeitada a vontade e autonomia das gestantes (OLIVEIRA&HADDAD, 2018).

Esta diferença da assistência odontológica entre o nível educativo e curativo também foi observada por Santos Neto *et al.* (2012), onde a maioria das gestantes receberam assistência a nível educativo, sugerindo em seu estudo que as atividades educativas durante o pré-natal podem influenciar na qualidade da assistência odontológica durante o período gestacional e podem sinalizar melhoria da assistência ao pré-natal no SUS.

Tabela 2: Conduta odontológica seguida (Fonte própria, 2021)

Conduta	Quantidade (n)
Apenas educação em saúde bucal	30 (73,17%)
Educação em saúde e atendimento odontológico curativo	11 (26,82%)

Com relação à análise das idades gestacionais, apesar de não existir um único método para mensurar a idade gestacional, a DUM é considerada como primeira escolha por ser um método acessível, simples e de baixo custo preconizado pelo manual “Atenção ao pré-natal de baixo risco” e pela Organização Mundial de Saúde, mas apresenta fragilidade de depender da memória da mulher com o risco de não ser precisa ou confiável. Isto pode levar à indicação da USG, considerado o método mais confiável se realizado entre a 10^a e 13^a semana de gestação e para isso depende da DUM mesmo que esta não seja tão precisa (BRASIL, 2012; HENRIQUES

et al., 2019; FERREIRA et al., 2021). Ambos os métodos são utilizados rotineiramente pela equipe e registrados no prontuário eletrônico da mulher à cada consulta de pré-natal.

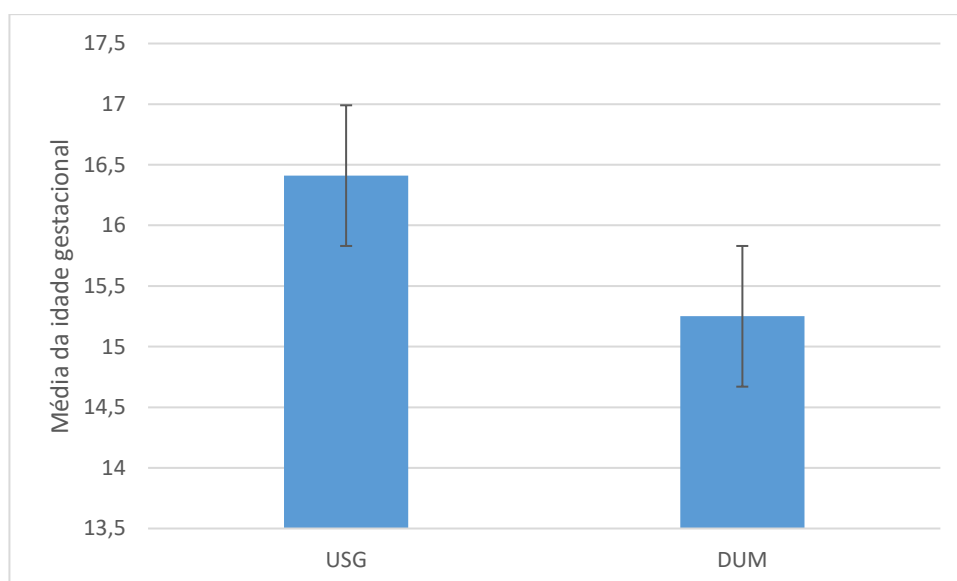
Em dois casos não foi possível o registro da idade gestacional mensurada pela USG pois a fila de espera pelo exame via Sisreg era longa e as gestantes não tinha poder aquisitivo para realização no particular sendo utilizado apenas a DUM. Em um caso, a gestante não recordava da DUM, sendo utilizado, portanto, a idade gestacional determinada pela USG. Por conta dessas fragilidades, optou-se por utilizar os dois métodos de cálculo da idade gestacional, sendo possível observar que esta intervenção odontológica ocorreu, em média, no 2º trimestre de gestação para ambos os métodos de cálculo de idade gestacional (Tabela 3 e Gráfico 2).

De acordo com Oliveira&Haddad (2018), o 2º trimestre (a partir da 12ª até 24ª semana) é o período mais adequado para intervenções clínicas e procedimento odontológicos, o que não pôde ser realizado devido a pouca adesão à consulta odontológica conforme demonstrado anteriormente (tabela 2).

Tabela 3: Análise da idade gestacional das gestantes no momento da abordagem (PEC e-SUS APS - Versão 4.3.7, 2021)

Idade gestacional	Média	Desvio padrão	Coeficiente de variação
USG	16,41	8,74	53,3
DUM	15,25	8,15	53,47

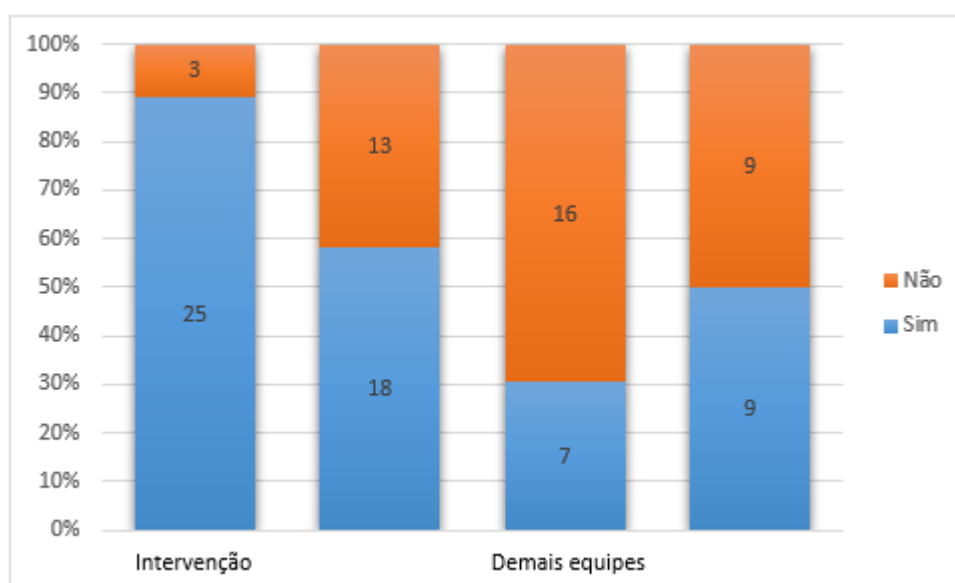
Gráfico 2: Média da idade gestacional no momento da abordagem odontológica (PEC e-SUS APS - Versão 4.3.7, 2021)



Por fim, com relação ao comparativo entre as equipes a respeito do alcance dos indicadores do Programa Previne Brasil apresentados no 2º Seminário de Gestão-

Accountability 2021, é possível ver que a equipe que recebeu a intervenção teve um alcance 89% deste indicador, enquanto que as demais equipes se mantiveram abaixo de 60% do alcance deste indicador. A Gestão em saúde do município e o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), atual sistema de informação da Atenção Básica vigente para fins de financiamento e de adesão aos programas e estratégias da política Nacional de Atenção Básica, determinam 60% como meta de alcance deste indicador. Através desses sistemas de informação em saúde é possível obter informações da situação de saúde da população por meio de relatórios e indicadores de saúde. Estes sistemas utilizam dados captados pelo sistema e-SUS APS que, por sua vez, instrumentaliza dados da Coleta de Dados Simplificado (CDS), Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e aplicativos para dispositivos móveis (e-SUS Território e Atividade Coletiva) (SISAB, 2021).

Gráfico 3: Comparativo entre as Equipes de Saúde em relação ao Indicador 3 (proporção de gestantes com atendimentos odontológicos realizados) referentes ao 1º e 2º quadrimestre de 2021 (Gerência APS, 2021)



Segundo o documento orientador “Como a equipe de saúde da família pode melhorar os indicadores de desempenho”, o alcance deste indicador demonstra a capacidade de coordenar o cuidado em saúde de gestantes entre a equipe de saúde da família e a equipe de saúde bucal, favorecendo um acompanhamento pré-natal mais efetivo, mesmo que os profissionais atuem em ambientes físicos distintos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Das 3 gestantes não captadas pela intervenção e assistência odontológica, apenas 1 realmente pertencia ao território adscrito de responsabilidade da equipe de saúde. As demais pertenciam à outra unidade de saúde e foram vinculadas à equipe devido a uma consulta para

realização de um exame ofertado em nossa unidade. Neste caso, a profissional da equipe que realizou o exame precisou vincular as pacientes à unidade de saúde para que assim pudesse fazer registros em seu prontuário eletrônico, e por isto passaram a pertencer e sair nos relatórios como gestantes da equipe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este projeto de intervenção pode-se concluir que a consulta compartilhada se mostrou promissora como estratégia do alcance do indicador “Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado” do Programa Previne Brasil diante do cenário pandêmico enfrentado, além de otimizar a assistência odontológica além do consultório odontológico. Essa abordagem também permitiu a inserção do cirurgião-dentista no cuidado em saúde dessa mulher e posteriormente criança, pois favorece o vínculo com a família, proporcionando longitudinalidade em todos os ciclos de vida da família.

Apesar de ser uma estratégia simples e acessível, apresenta como potencial e fragilidade a necessidade de uma atuação em equipe, exigindo um olhar multiprofissional dos trabalhadores de saúde que compõe uma ESF. Exige do cirurgião-dentista organização de agenda para atendimento com quantidade de vagas proporcional ao total de gestantes acompanhadas pela equipe, bem como a criação de um canal de comunicação, como planilhas, por exemplo, além de um horário protegido para vigilância da periodicidade das consultas de pré-natal, busca ativa de gestante faltosas e verificar quantas já receberam assistência odontológica. Isso só será possível quando o profissional odontólogo decidir sair das quatro paredes da equipe de saúde bucal e do consultório odontológico e atuar de forma mais multiprofissional, desenvolvendo e discutindo novas estratégias em equipe a fim de qualificar ainda mais os cuidados em saúde dos usuários do seu território e equipe.

Contudo, apesar de apresentar bons resultados no alcance do indicador do programa Previne Brasil, são necessários estudos que avaliem a visão e percepção das gestantes frente a esta abordagem a fim de qualificar e avaliar sua eficiência na assistência odontológica e saúde bucal desse público

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, O. M. R.; ABEGG, C.; RODRIGUES, C. S. Percepção de gestantes do Programa Saúde da Família em relação a barreiras no atendimento odontológico em Pernambuco, Brasil. Cad. Saúde Pública. 2004; 20(3):789-796.

ALECIO, G. S. C.; BALEJO, R. D. P.; MUELLER, V. Modelo de TCR – projeto de intervenção para residentes do PRMSF SESAUFIOCRUZ. Campo Grande/MS, 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.412, de 10 de julho de 2013. Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de set. 2017. p. 68.

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de mar. 2020. p. 1.

BRASIL. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Série A. Normas e Manuais Técnicos Cadernos de Atenção Básica, nº 32. Brasília, DF. 2012

BRASIL. Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. Guia de orientações para atenção odontológica no contexto da Covid-19 [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.222, de 10 de dezembro de 2019. Dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 dez 2019. p. 172.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A saúde bucal no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de apoio a Saúde da família - volume 1: ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. Brasília: Ministério da Saúde; 2014. 116 p.: il.

CARDOSO, M. E. A.; CARDOSO, F. F. A. Projeto de Intervenção para Assistência Odontológica das Gestantes pela Equipe de Saúde Bucal no Pré-Natal Odontológico. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde da Família e Comunidade) - Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2018.

FARIAS, G. B.; FAJARDO, A. P. A interconsulta em serviços de atenção primária à Saúde. Revista Eletrônica Gestão & Saúde. v. 6, p. 2075–2093, 2015.

FERREIRA, G. C. F.; PARENTE, A. T.; ALMEIDA, A. P. A.; ALBUQUERQUE, J. S.; BASTOS, R. C.; GOMES, F. S. R.; SOARES, E. A.; PARENTE, A. N.; NERI, D. T.; COELHO, A. C. R. Cálculo da Idade Gestacional: uma comparação entre a DUM, Capurro e USG. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 4, p. 1-8, 2021.

HENRIQUES, L. B.; ALVES, E. B.; VIEIRA, F. M. S. B.; CARDOSO, B. B.; CRUZ, O. G.; SILVA, M. F. R.; SACARENI, V. Acurácia da determinação da idade gestacional no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC): um estudo de base populacional. Caderno de Saúde Pública, v. 35, n. 3, 2019.

LOPES, R. C. P. Integração da ESF e ESB como forma de organização da demanda: contribuição para o aumento do acesso ao serviço de saúde bucal em Belo Horizonte, MG. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva . Belo Horizonte, 2013.

MATUDA, C. G.; SILVA PINTO, N. R.; MARTINS, C. L.; FRAZÃO, P. Colaboração interprofissional na Estratégia Saúde da Família: implicações para a produção do cuidado e a gestão do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2015;20(8):2511-2521.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Documento orientador: Como a equipe de saúde da família pode melhorar os indicadores de desempenho. *Previne Brasil*, 2020

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Governo Federal. O que é a Covid-19?. Saiba quais são as características gerais da doença causada pelo novo coronavírus, a Covid-19 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde, c2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>> Acesso em: 15 mai. 2021.

OLIVEIRA, A. F.; HADDAD, A. E. (Org.). Saúde Bucal da Gestante: Acompanhamento Integral em Saúde da Gestante e da Puérpera. Universidade Federal do Maranhão. UNA SUS/UFMA - São Luís: EDUFMA, 2018.117 f.: il. ISBN: 978-85- 7862-779-9.

OLIVEIRA, M. C. R. Relato de experiência do atendimento compartilhado e multiprofissional da equipe de saúde bucal no pré-natal e puerpério. 2017. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Fundação Estatal Saúde da Família. Instituto Gonçalo Moniz, Fundação Oswaldo Cruz, Salvador, 2017

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. Organização Mundial da Saúde, c2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

PENG, X.; XU, X.; LI, Y.; LEI, C.; ZHOU, X.; REN, B. Transmission routes of 2019-nCoV and controls in dental practice. *International Journal of Oral Science*. Londres, v. 12, n. 9. 2020.

POSSOBON, R. F., MIALHE, F. L. Saúde Bucal da Gestante e da criança: Atuação preventiva. In: PEREIRA, A.C. Tratado De Saúde Coletiva em Odontologia. Nova Odessa: Napoleão, 2009.

PREFEITURA DE CAMPO GRANDE. Nota Técnica nº 1: Dispõe Sobre Recomendações Para Atendimento Odontológicos Da Rede Pública E Privada Municipal, Frente À Pandemia Da Covid 19. Campo Grande- MS: SEFES/CVS/SVS/SESAU, 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Saúde. Manual de orientações para retorno do Atendimento Odontológico eletivo na Atenção Primária à Saúde. Campo Grande – MS, 2021

REIS, D. M.; PITTA, D. R.; FERREIRA, H. M. B.; JESUS, M. C. P.; MORAES, M. E. L.; SOARES, M. G. Educação em saúde como estratégia de promoção de saúde bucal em gestantes. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 1, n. 1, p. 269–276, 2010.

SANTOS NETO, E. T.; OLIVEIRA, A. E.; ZANDONADE, E.; LEAL, M. C. Acesso à assistência odontológica no acompanhamento pré-natal. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 17, n. 11, p. 3057-3068, 2012.

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. Nota Técnica Nº 9: Atendimento Odontológico no SUS. Brasília- DF: CGSB/DESF/SAPS/MS, 2020

SILVA, C.C.; SAVIAN, C. M.; PREVEDELLO, B. P.; ZAMBERLAN, C.; DALPIAN, D. M.; SANTOS, B. Z. Acesso e utilização de serviços odontológicos por gestantes: revisão integrativa de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 25, n. 3, p. 827-835, 2020.

SILVA, S. R. C.; ROSELL, F. L.; VALSECKI JÚNIOR, A. Percepção das condições de saúde bucal por gestantes atendidas em uma unidade de saúde no município de Araraquara, São Paulo, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*. v. 6, n. 4, p. 405-410, 2006

SISAB. Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica. Secretária de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS): Ministério da Saúde c2021. Disponível em: <<https://sisab.saude.gov.br/index.xhtml>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

VIEIRA, D. R. P.; FEITOSA, D.M.Z.; ALVES, M. S. C.; CRUZ, M. C. F. N.; LOPES, F. F. Associação entre doença periodontal na gravidez e parto pré-termo baixo peso ao nascer. Odontologia Clínico-Científica. v. 9, n. 4, p. 311-314, 2010

As referências são os elementos que indicam as fontes consultadas para o trabalho, podendo ser editadas sob as normas da ABNT ou VANCOUVER, de acordo com a escolha do autor e seu orientador.

APÊNDICE A- PLANILHA UTILIZADA PARA LEVANTAMENTO DOS DADOS EXTRAÍDO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	PARTICIPANTE	IDADE	ABORDAGEM ODONTOLÓGICA (SIM OU NÃO)	DATA DA REALIZAÇÃO	TIPO DE CONSULTA	CONDULTA DURANTE CONSULTA	IG NO MOMENTO	
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								
21								
22								

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Consulta Compartilhada como Estratégia de Assistência Odontológica à Gestante durante a Pandemia COVID-19”, desenvolvida pela pesquisadora Bruna Chaves da Silva.

O objetivo central do estudo é avaliar a interconsulta como um método de captação de gestantes para assistência odontológica e, desta forma, promover atenção e cuidado em saúde integral a este público, mesmo diante da pandemia de Covid-19 e verificar o impacto da interconsulta na assistência odontológica à gestante e, consequentemente, nos indicadores do Programa Previne Brasil e Rede Cegonha.

O convite para a sua participação se deve à confirmação da gestação e necessidade acompanhamento odontológico durante o período pré-natal para melhores desfechos perinatais. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não terá prejuízo algum caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Esta pesquisa consiste: na abordagem de gestantes, através de uma consulta compartilhada, para orientações sobre assuntos relacionados a saúde bucal e avaliação de condições de risco que possam trazer repercussões sobre a saúde geral e com isso evitar desfechos negativos para gestante e feto. Também serão utilizados dados que caracterizam esta abordagem como: tipo de consulta, idade gestacional no momento da abordagem odontológica e conduta profissional durante a abordagem.

O tempo de duração desta abordagem é de aproximadamente 15 minutos. Os dados serão registrados em prontuário eletrônico e em arquivos digitais (planilha), mas somente terão acesso às mesmas os pesquisadores.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS no 466/2012.

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é de fornecimento de assistência odontológica durante o período gestacional visando uma abordagem integral à saúde da gestante.

Essa abordagem presencial pode apresentar certo risco de contaminação e até mesmo infecção pela COVID-19. Para minimizar o risco de contaminação, durante a consulta compartilhada realizada no consultório médico, todos os profissionais presentes durante a consulta estarão utilizando máscara, incluindo a gestante, de forma obrigatória. Para o exame clínico, diante da queixa apresentada, apenas a gestante removerá a máscara momentaneamente para que o dentista realize o exame clínico com auxílio de uma espátula de madeira e luvas descartáveis.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e no formato de dissertação/tese.

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma do participante da pesquisa e outra do pesquisador. Em caso de dúvidas quanto à sua participação, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável através do email “lbcbruna@gmail.com”, do telefone “(67) 98199-4367”, ou por meio do endereço (profissional) “Rua Souto Maior, 1935. Setor Odontológico”. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS (CEP/UFMS), localizado no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias ‘Hércules Maymone’ – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS; e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Nome e assinatura do pesquisador

Campo Grande- MS, _____ de _____ de _____

Local e data

Nome e assinatura do participante da pesquisa

Campo Grande- MS, _____ de _____ de _____

Local e data

APÊNDICE C- TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pessoa pela qual você é responsável está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada Consulta Compartilhada como Estratégia de Assistência Odontológica à Gestante durante a Pandemia COVID-19”, desenvolvida pela pesquisadora Bruna Chaves da Silva.

O objetivo central do estudo é avaliar a interconsulta como um método de captação de gestantes para assistência odontológica e, desta forma, promover atenção e cuidado em saúde integral a este público, mesmo diante da pandemia de Covid-19 e verificar o impacto da interconsulta na assistência odontológica à gestante e, conseqüentemente, nos indicadores do Programa Previne Brasil e Rede Cegonha.

O convite para a participação dele(a) se deve à confirmação da gestação e necessidade acompanhamento odontológico durante o período pré-natal para melhores desfechos perinatais.

Consentir a participação dele(a) é ato voluntário, isto é, não obrigatório, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não que ele(a) participe, bem como retirar a sua anuência a qualquer momento. Nem você nem ele terão prejuízo algum caso decida não consentir com a participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas pelo participante.

Qualquer dado que possa identificar o participante será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre a participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Esta pesquisa consiste: na abordagem de gestantes, através de uma consulta compartilhada, para orientações sobre assuntos relacionados a saúde bucal e avaliação de condições de risco que possam trazer repercussões sobre a saúde geral e com isso evitar desfechos negativos para gestante e feto. Também serão utilizados dados que caracterizam esta abordagem como: tipo de consulta, idade gestacional no momento da abordagem odontológica e conduta profissional durante a abordagem.

O tempo de duração desta abordagem é de aproximadamente 15 minutos. Os dados serão registrados em prontuário eletrônico e em arquivos digitais (planilha), mas somente terão acesso às mesmas os pesquisadores.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS no 466/2012.

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é de fornecimento de assistência odontológica durante o período gestacional visando uma abordagem integral à saúde da gestante.

Essa abordagem presencial pode apresentar certo risco de contaminação e até mesmo infecção pela COVID-19. Para minimizar o risco de contaminação, durante a consulta compartilhada realizada no consultório médico, todos os profissionais presentes durante a consulta estarão utilizando máscara, incluindo a gestante, de forma obrigatória. Para o exame clínico, diante da queixa apresentada, apenas a gestante removerá a máscara momentaneamente para que o dentista realize o exame clínico com auxílio de uma espátula de madeira e luvas descartáveis.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e no formato de dissertação/tese.

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma do participante da pesquisa e outra do pesquisador. Em caso de dúvidas quanto à sua participação, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável através do email “lbcbruna@gmail.com”, do telefone “(67) 98199-4367”, ou por meio do endereço (profissional) “Rua Souto Maior, 1935. Setor Odontológico”.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS (CEP/UFMS), localizado no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias ‘Hércules Maymone’ – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS; e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Nome e assinatura do pesquisador

Campo Grande- MS, _____ de _____ de _____

Local e data

Nome e assinatura do participante da pesquisa

Campo Grande- MS, _____ de _____ de _____

Local e data



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

TERMO DE RESPONSABILIDADE E AUTORIZAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde autoriza a pesquisa proposta pelo (a) pesquisador (a), Bruma Cláudio da Silva, inscrito (a) no CPF/MF sob n°. 395.012.518-37, portador (a) do documento de Identidade sob n°. 2248566, residente e domiciliado (a) à Rua/Av. Luís, N°. 2138, Bairro: Vila Boa Vista, nesta Capital, telefone nº. (63)98199-4363, pesquisador(a) do Curso de Programa de residência multiprofissional em Saúde da Família, da Instituição SESAU / Fiacur com o título do projeto de pesquisa: "Consulta Compartilhada como Estratégia de Assistência Odontológica à Gestante durante a Pandemia COVID-19-TCR", o pesquisador firma o compromisso de manter o sigilo das informações acessadas do banco de dados da Secretaria Municipal de Saúde Pública, assumindo a total responsabilidade por qualquer prejuízo ou dano à imagem dos pacientes cadastrados na SESAU.

Fica advertido (a) de que os nomes e/ou qualquer referência aos dados do paciente devem ser mantidos em sigilo, não podendo em hipótese alguma serem divulgados, devendo ser consultada a gerência da unidade de saúde sobre quaisquer referências aos dados analisados.

A pesquisa só será iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Vale ressaltar que a visita restringir-se-á somente a observação e entrevistas não sendo permitido fotos e/ou procedimentos.

Após a conclusão, o acadêmico deverá entregar uma cópia para esta Secretaria.

Campo Grande, 07 de julho de 2021.

Bruma
Pesquisador (a)

Jonice Catawara de O. Piaz Jr
Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

TERMO DE PARCERIA PARA PESQUISA NA ÁREA DA SAÚDE

Considerando a importância da pesquisa na área da saúde;

Considerando a necessidade de elaborar protocolos para assegurar a qualidade dos trabalhos realizados;

Considerando resguardar questões éticas e preservar sigilo das informações constantes nas fichas/prontuários/laudos de pacientes atendidos na rede municipal de saúde;

O presente termo estabelece responsabilidades entre pesquisadores e a Secretaria Municipal de Saúde Pública:

COMPETÊNCIAS:

PESQUISADOR:

- 1) Solicitar por meio de carta de apresentação a autorização do Secretário Municipal de Saúde para realizar pesquisa, no seguinte formato:
 - Identificação do pesquisador do projeto (nome completo e do orientador);
 - Contato (telefone e e-mail);
 - Nome do projeto;
 - Objetivos;
 - Metodologia completa;
 - Assinatura do coordenador de curso e do orientador de pesquisa.

Para que a execução da pesquisa aconteça deverá entregar a esta secretaria uma cópia do parecer do Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos com o número de protocolo.

2) Em função da rotina de trabalho da SESAU agendar previamente com a área envolvida;

2) Garantir a citação da SESAU como fonte de pesquisa;

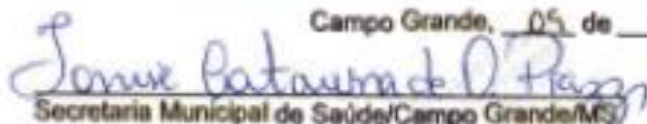
3) Disponibilizar cópia para a SESAU e quando necessário para equipe de saúde

4) Apresentar-se com jaleco ou crachá de identificação.

SESAU:

- 1) Fornecerá as informações para pesquisa, preservando-se a identidade e endereço do paciente;
- 2) As pessoas serão atendidas pelos técnicos de acordo com a necessidade/objetivo da pesquisa;
- 3) Os trabalhos que envolverem dados, serão enviados através de e-mail do pesquisador;
- 4) Receber o resultado final e encaminhar para o devido retorno.

Campo Grande, 05 de julho de 2021.


Secretaria Municipal de Saúde/Campo Grande/MS


Pesquisador

ANEXO B- FOLHA DE APROVAÇÃO PLATAFORMA BRASIL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Consulta Compartilhada como Estratégia de Assistência Odontológica à Gestante durante a Pandemia COVID-19

Pesquisador: BRUNA CHAVES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 50027621.2.0000.0021

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.088.655

Apresentação do Projeto:

Este trabalho de conclusão de residência tem como objetivo avaliar o impacto da interconsulta como estratégia de captação de gestantes para assistência odontológica nos indicadores do Programa Previne Brasil e da Rede Cegonha que estabelece que as gestantes recebam pelo menos uma consulta odontológica durante toda sua gestação. A interconsulta será realizada entre os profissionais odontólogos, enfermeiros e médicos de duas Equipes de Saúde da Família que possuem residência multiprofissional em Saúde da Família e será utilizada como ferramenta de assistência odontológica, onde as gestantes receberão orientações a respeito de saúde bucal. Espera-se que essa abordagem complementar seja efetiva para a assistência odontológica às gestantes. (Texto da pesquisadora)

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar a interconsulta como um método de captação de gestantes para assistência odontológica e, desta forma, promover atenção e cuidado em saúde integral a este público, mesmo diante da pandemia de Covid19.

Objetivo Secundário:

Verificar o impacto da interconsulta na assistência odontológica à gestante e, consequentemente, nos indicadores do Programa Previne Brasil e Rede Cegonha. Texto da pesquisadora

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros, Prédio das Pró-Reitorias, Hércules Maymon, 1º andar

Bairro: Pioneiros

CEP: 70.070-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (87)3345-7187

Fax: (87)3345-7187

E-mail: cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 5.066.655

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Devidamente apresentados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Todas as pendências foram devidamente atendidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto - ok

Projeto básico - ok

Projeto brochura - ok

Termo parceria - ok

TCLE - incompleto

Termo de anuência institucional - ok

TALE - completo

Termo de compromisso de uso de dados de prontuário - ok

Termo de Compromisso de uso de dados de prontuário- ok

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Devidamente atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

CONFIRA AS ATUALIZAÇÕES DISPONÍVEIS NA PÁGINA DO CEP/UFMS

1) Regimento Interno do CEP/UFMS

Disponível em: <https://cep.ufms.br/novo-regimento-interno/>

2) Calendário de reuniões

Disponível em: <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2021/>

3) Etapas do trâmite de protocolos no CEP via Plataforma Brasil

Disponível em: <https://cep.ufms.br/etapas-do-tramite-de-protocolos-no-cep-via-plataforma-brasil/>

4) Legislação e outros documentos:

Resoluções do CNS.

Norma Operacional nº001/2013.

Portaria nº2.201 do Ministério da Saúde.

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros, Prédio das Pró-Reitorias, Hércules Maymon, 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 5.066.655

Cartas Circulares da Conep.

Resolução COPP/UFMS nº240/2017.

Outros documentos como o manual do pesquisador, manual para download de pareceres, pendências frequentes em protocolos de pesquisa clínica v 1.0, etc.

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/legislacoes-2/>

5) Informações essenciais do projeto detalhado

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-projeto-detalhado/>

6) Informações essenciais – TCLE e TALE

Disponíveis em: <https://cep.ufms.br/informacoes-essenciais-tcle-e-tale/>

- Orientações quanto aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aos Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) que serão submetidos por meio do Sistema Plataforma Brasil versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os participantes da pesquisa versão 2.0.

- Modelo de TCLE para os responsáveis pelos participantes da pesquisa menores de idade e/ou legalmente incapazes versão 2.0.

7) Biobancos e Biorrepositórios para armazenamento de material biológico humano

Disponível em: <https://cep.ufms.br/biobancos-e-biorrepositorios-para-material-biologico-humano/>

8) Relato de caso ou projeto de relato de caso?

Disponível em: <https://cep.ufms.br/862-2/>

9) Cartilha dos direitos dos participantes de pesquisa

Disponível em: <https://cep.ufms.br/cartilha-dos-direitos-dos-participantes-de-pesquisa/>

10) Tramitação de eventos adversos

Disponível em: <https://cep.ufms.br/tramitacao-de-eventos-adversos-no-sistema-cep-conep/>

11) Declaração de uso de material biológico e dados coletados

Disponível em: <https://cep.ufms.br/declaracao-de-uso-material-biologico/>

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros, Prédio das Pró-Reitorias, Hércules Maymon, 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-600
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 5.066.655

12) Termo de compromisso para utilização de informações de prontuários em projeto de pesquisa

Disponível em: <https://cep.ufms.br/termo-de-compromisso-prontuarios/>

13) Termo de compromisso para utilização de informações de banco de dados

Disponível em: <https://cep.ufms.br/termo-de-compromisso-banco-de-dados/>

DURANTE A PANDEMIA CAUSADA PELO SARS-CoV-2, CONSIDERAR:

Solicitamos aos pesquisadores que se atentem e obedeçam às medidas de segurança adotadas pelos locais de pesquisa, pelos governos municipais e estaduais, pelo Ministério da Saúde e pelas demais instâncias do governo devido a excepcionalidade da situação para a prevenção do contágio e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

As medidas de segurança adotadas poderão interferir no processo de realização das pesquisas envolvendo seres humanos. Quer seja no contato do pesquisador com os participantes para coleta de dados e execução da pesquisa ou mesmo no processo de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TALE, incidindo sobre o cronograma da pesquisa e outros. Orientamos ao pesquisador na situação em que tenha seu projeto de pesquisa aprovado pelo CEP e em decorrência do contexto necessite alterar seu cronograma de execução, que faça a devida "Notificação" via Plataforma Brasil, informando alterações no cronograma de execução da pesquisa.

SE O PROTOCOLO DE PESQUISA ESTIVER PENDENTE, CONSIDERAR:

Cabe ao pesquisador responsável encaminhar as respostas ao parecer pendente, por meio da Plataforma Brasil, em até 30 dias a contar a partir da data de sua emissão. As respostas às pendências devem ser apresentadas em documento à parte (CARTA RESPOSTA). Ressalta-se que deve haver resposta para cada uma das pendências apontadas no parecer, obedecendo a ordenação deste. A carta resposta deve permitir o uso correto dos recursos "copiar" e "colar" em qualquer palavra ou trecho do texto, isto é, não deve sofrer alteração ao ser "colado".

Para que os protocolos de pesquisa sejam apreciados nas reuniões definidas no Calendário, o

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros, Prédio das Pró-Reitorias, Hércules Maymona, 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (87)3345-7187 **Fax:** (87)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br



Continuação do Parecer: 5.066.655

pesquisador responsável deverá realizar a submissão com, no mínimo, 15 dias de antecedência. Observamos que os protocolos submetidos com antecedência inferior a 15 dias serão apreciados na reunião posterior. Confira o calendário de reuniões de 2020, disponível no link: <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2021/>

SE O PROTOCOLO DE PESQUISA ESTIVER NÃO APROVADO, CONSIDERAR:

Informamos ao pesquisador responsável, caso necessário entrar com recurso diante do Parecer Consubstanciado recebido, que ele pode encaminhar documento de recurso contendo respostas ao parecer, com a devida argumentação e fundamentação, em até 30 dias a contar a partir da data de emissão deste parecer. O documento, que pode ser no formato de uma carta resposta, deve contemplar cada uma das pendências ou itens apontados no parecer, obedecendo a ordenação deste. O documento (CARTA RESPOSTA) deve permitir o uso correto dos recursos "copiar" e "colar" em qualquer palavra ou trecho do texto do projeto, isto é, não deve sofrer alteração ao ser "colado".

Para que os protocolos de pesquisa sejam apreciados nas reuniões definidas no Calendário, o pesquisador responsável deverá realizar a submissão com, no mínimo, 15 dias de antecedência. Observamos que os protocolos submetidos com antecedência inferior a 15 dias serão apreciados na reunião posterior. Confira o calendário de reuniões de 2020, disponível no link: <https://cep.ufms.br/calendario-de-reunioes-do-cep-2021/>

EM CASO DE APROVAÇÃO, CONSIDERAR:

É de responsabilidade do pesquisador submeter ao CEP semestralmente o relatório de atividades desenvolvidas no projeto e, se for o caso, comunicar ao CEP a ocorrência de eventos adversos graves esperados ou não esperados. Também, ao término da realização da pesquisa, o pesquisador deve submeter ao CEP o relatório final da pesquisa. Os relatórios devem ser submetidos através da Plataforma Brasil, utilizando-se da ferramenta de NOTIFICAÇÃO. Informações sobre os relatórios parciais e final podem acessadas em <https://cep.ufms.br/relatorios-parciais-e-final/>

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros ; Prédio das Pró-Reitorias ; Hércules Maymona ; ; 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 79.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepeconap.propp@ufms.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MATO GROSSO DO SUL -
UFMS



Continuação do Parecer: 5.065.655

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS_DO_PROJETO_1791558.pdf	11/10/2021 22:42:11		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_PARECER_COS_UBSTANCIADO2.docx	11/10/2021 22:41:20	BRUNA CHAVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	11/10/2021 22:40:49	BRUNA CHAVES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	11/10/2021 22:40:36	BRUNA CHAVES DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCR_Projeto_Detalhado.docx	11/10/2021 22:40:24	BRUNA CHAVES DA SILVA	Aceito
Outros	TCDUassinado.pdf	29/08/2021 15:25:38	BRUNA CHAVES DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_de_Parceria_Institucional.pdf	29/08/2021 15:24:54	BRUNA CHAVES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rostoassinada.pdf	29/08/2021 15:23:42	BRUNA CHAVES DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 27 de Outubro de 2021

Assinado por:
Juliana Dias Reis Pessalacia
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Costa e Silva, s/nº - Pioneiros, Prédio das Pró-Reitorias, Hércules Maymon, 1º andar
Bairro: Pioneiros **CEP:** 70.070-900
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** cepconep.propp@ufms.br